



Duarte Coelho: Notas sobre sua contribuição para construção de uma rede urbana no império português seiscentista

Duarte Coelho: Notas sobre su contribución a la construcción de una red urbana en el imperio portugués del siglo XVI

E1S1 - Paisagens globais e transfronteiriças: histórias conectadas

Juliana Coelho Loureiro

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Juliana.loureiro@fau.ufal.br

Resumo: O portuense Duarte Coelho Pereira (ca. 1485 - 1554) foi o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco e uma das que tiveram maior êxito. Ele recebeu essa doação do rei D. João III pelos serviços prestados ao império português no Oriente e na defesa da costa brasileira. Embora tenhamos um conhecimento limitado sobre sua trajetória, sabemos que era filho bastardo do nobre e importante navegador Gonçalo Coelho que participou das primeiras expedições portuguesas ao Novo Mundo. Sabe-se ainda que, antes de tomar posse de suas terras no além-mar, Duarte Coelho transitou em diversas partes das conquistas lusitanas, adquirindo assim muita experiência. Enquanto donatário, ele fundou vilas em posições estratégicas e considerou o conhecimento prévio dos povos originários, como foi o caso da vila de Olinda. Duarte Coelho buscou alianças com os nativos e construiu uma rede de povoações que auxiliaram a manutenção da posse de suas terras, o desenvolvimento dos engenhos e a conexão com os portos, permitindo o controle da produção, o comércio e contato com outros pontos do império português. Desse modo, podemos questionar quanto do conhecimento dos povos originários estaria relacionado ao sucesso da sua empreitada? Considerando sua ampla circulação no império português, existiria alguma relação entre as vilas que fundou e as que vivenciou anteriormente? Este trabalho tem como objetivo discutir a contribuição de Duarte Coelho na formação da rede urbana que se iniciou em Pernambuco e, em grande parte, se mantém até os dias atuais. As principais fontes de pesquisa foram a cartografia e os documentos históricos presentes em diversos arquivos e plataformas digitais.

Palavras-chave: Duarte Coelho; rede urbana; urbanização portuguesa; Pernambuco; cartografia histórica.

Resumen: El portuense Duarte Coelho Pereira (ca. 1485–1554) fue el primer donatario de la Capitanía de Pernambuco y uno de los que obtuvo mayor éxito. Recibió esta donación del rey Juan III en reconocimiento a los servicios prestados al Imperio portugués

en Oriente y en la defensa de la costa brasileña. Aunque el conocimiento sobre su trayectoria es limitado, se sabe que fue hijo bastardo del noble y destacado navegante Gonçalo Coelho, quien participó en las primeras expediciones portuguesas al Nuevo Mundo. Asimismo, antes de tomar posesión de sus tierras de ultramar, Duarte Coelho transitó por diversas regiones de las conquistas lusitanas, adquiriendo una amplia experiencia. En su condición de donatario, fundó villas en posiciones estratégicas y consideró el conocimiento previo de los pueblos originarios, como ocurrió en el caso de la villa de Olinda. Duarte Coelho buscó establecer alianzas con las poblaciones indígenas y construyó una red de asentamientos que contribuyó al mantenimiento del dominio territorial, al desarrollo de los ingenios azucareros y a la articulación con los puertos. Esta red permitió el control de la producción, del comercio y del contacto con otros espacios del Imperio portugués. De este modo, es posible cuestionar en qué medida el conocimiento de los pueblos originarios estuvo relacionado con el éxito de su empresa. Asimismo, considerando su amplia circulación por el Imperio portugués, cabe preguntarse si existió alguna relación entre las villas que fundó y aquellas que conoció previamente. Este trabajo tiene como objetivo discutir la contribución de Duarte Coelho a la formación de la red urbana iniciada en Pernambuco y que, en gran medida, se mantiene hasta la actualidad. Las principales fuentes de investigación son la cartografía y los documentos históricos conservados en diversos archivos y plataformas digitales.

Palabras-clave: *Duarte Coelho; red urbana; urbanización portuguesa; Pernambuco; cartografía histórica.*

Introdução

Em 1534, o experiente navegador português Duarte Coelho Pereira (ca.1485 – 1556) recebeu do rei D. João III a Capitania de Pernambuco em reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa. Em poucos anos, ela se torna um importante núcleo de produção do açúcar no mundo e passa a ser cobiçada pelos povos inimigos.

O donatário constrói um sistema organizado no território que subsidia ao mesmo tempo o domínio e o controle, a representatividade do governo e da fé, a circulação de pessoas e bens, assim como, a produção para a subsistência e para o comércio. Nesse contexto, a vila de Olinda, fundada pelo donatário, é considerada a cabeça da capitania.

Até o momento, ainda não foi possível identificar um estudo aprofundado sobre a trajetória de Duarte Coelho antes de tomar posse da capitania de Pernambuco. Conhecemos melhor seu legado, mas sem saber muito sobre a experiência que subsidiou sua prática. Suas estratégias de conquista e manutenção do vasto território obtiveram grande sucesso e ficaram registradas na paisagem até os dias atuais.

O presente trabalho buscou investigar a experiência urbana de Duarte Coelho a partir de três momentos importantes de sua trajetória: seus primeiros anos e as transformações urbanas que ocorriam nas cidades do Porto e Lisboa; as primeiras experiências no serviço da Coroa portuguesa no Oriente; e, por fim, sua contribuição enquanto donatário de Pernambuco. Para isto, analisamos os dados fornecidos pela historiografia, assim como, os relatos de cronistas seiscentistas e a cartografia histórica.

As primeiras experiências urbanas

Duarte Coelho nasceu na antiga freguesia de Miragaia na importante cidade do Porto aproximadamente em 1485. As informações relativas à sua filiação não foram facilmente acessadas, provavelmente, por ele ser filho ilegítimo do nobre navegador português Gonçalo Coelho.

O arquiteto e historiador José Luiz da Mota Menezes cita que, em data não identificada, houve um inquérito para investigar sua filiação e as pessoas ouvidas confirmaram que Duarte Coelho era filho de Gonçalo Coelho¹. Sobre sua mãe, as informações são ainda mais escassas. Sabe-se apenas que ele “era natural de Miragaia e se criou no Mosteiro de Vila Nova por ser aí Priora uma tia sua e que era filho de Gonçalo Coelho Capitão de Navios na costa do Brasil e de Catarina Annes Duarte” (Madureira Apud Menezes, 1998, p. 336).

Seu pai, o nobre navegador português Gonçalo Coelho, comandou expedições às costas brasileiras. O franciscano Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão relata que, por volta de 1503, “mandara ElRey D. Manoel seis náos para a India, e logo depois mandara taõbem outras seis para o Brasil, e por seo capitaõ a Gonçallo Coelho” (Jaboatam, 1859, p. 5-6). A intenção do Frei era identificar com que expedição teria vindo os religiosos de sua ordem para o Brasil.

¹ As pessoas ouvidas foram: “Dinis Mendes moço da câmara da Rainha D. Catarina. Jane Mendes reposteiro do Rei Dão João3º na Rua dos Cabides. Pedro Alvares de Mancelos Cavaleiro do hábito de S. Tiago. Francisco Preto. Luiz Alvares Ferreira, Porteiro da Câmara. D. Ana da Guerra mãe de Lopo de Sousa. S. Francisco de Lisboa. D. Guiomar da Silveira mulher de D. Antônio Rolim. Janebra Brochado de Extremoz, Avó de Luis de Brito” (Bibl. Nac., cod. 1031, fl. 21 Apud Menezes, 1998, p. 336).

O franciscano não consegue precisar o tempo que Gonçalo Coelho permaneceu nessa missão, assim como o seu itinerário. Segundo Simão de Vasconcelos,

andou por ela muitos meses: descobriu diversidade de porto, rios e enseadas; em muitas dessas partes saiu em terra, e tomou informações da gente delas, metendo marcos das armas del-rei seu senhor, e tomando posse por ele. Porém pela pouca notícia que até então se tinha da corrente das águas e curso dos ventos destas paragens, padeceu graves infortúnios na especulação desta costa, e veio a recolher-se a Lisboa com menos dois navios, entregando a el-rei as informações do que achara (Vasconcelos Apud Costa, vol. 1, 1983, p. 64)

A permanência de Gonçalo Coelho nas costas brasileiras é bastante questionada por Jaboatão, pois não conseguiu identificar a data do seu retorno à Lisboa. O frei recorda que o nobre português não foi à Bahia nem ao Rio de Janeiro. Em outra parte, Jaboatão destaca que

Gonçalo Coelho sahira do Reyno ao mesmo intento [ir ao Brasil] pelos annos de 1520, ou 21 em que falleceo ElRey D. Manoel, que o havia mandado; e que recolhendo-se já em tempo de ElRey D. Joaõ III [...] E assim também concordamos, que Christovão Jaques, sendo enviado ao mesmo Brasil pelo sobredito Rey D. Joaõ III, depois que recebeo as noticias de Gonçalo Coelho no referido anno de 1522 por todo ele, só podia sahie do Reyno no sequinte ano de 1523 (Jaboatam, 1858, p. 47)

E, assim, concluímos que Gonçalo Coelho veio mais de uma vez a costa brasileira, conhecendo bem suas características, inclusive compartilhando informações com o Rei e outros navegadores, como o português Cristóvão Jacques. Este último não apenas guardou as costas brasileiras contra os povos inimigos, como também fundou em 1516 a primeira feitoria régia² numa área conhecida como “Porto de Pernambuco”. Esta ocupação posteriormente marcaria o limite norte da capitania de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, filho de Gonçalo Coelho.

Para além da experiência do seu pai no além-mar e ao serviço da Coroa, Duarte Coelho nasceu no Porto, na mesma cidade que no século anterior veio ao mundo o Infante Henrique, conhecido como “o navegador” por seu empenho nas explorações ultramarinas. O antigo núcleo urbano do Porto, cujos vestígios de ocupação humana remontam a Pré-história, destacava-se no universo português pelo significativo movimento comercial em seu porto e pelo desenvolvimento da construção naval.

No fim do século XIV, a cidade do Porto passou por importante transformação urbana: a abertura da Rua Nova por iniciativa de D. João I. Esta se situava paralela ao rio Douro e se estendia da Rua dos Mercadores até São Francisco.

Essa via foi por muito tempo também conhecida como Rua Formosa, denominação que vamos encontrar também em várias outras cidades portuguesas e presente em novas povoações. Veremos, séculos mais tarde, nos aforamentos da recém-fundada Vila Rica a referência ao topônimo, “duas braças e meya de terras cittas na **Rua Nova ou fermoza** q. `vay da Praça p.a o morro” [grifo nosso] (Arquivo Público Mineiro Apud Bastos, 2014, p. 153). Ressalta-se, especialmente, o apelo estético desse espaço, mas também simbólico, por abrigar edifícios

² Sobre achados arqueológicos realizados no local da antiga feitoria de Cristóvão Jacques, ver pesquisas dirigidas por Marcos Albuquerque e disponibilizadas à consulta pública no site do Brasil Arqueológico (<https://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-feitoria-cristovao-jacques.php#>)

importantes da vila como a Casa de Câmara e a bica de água.

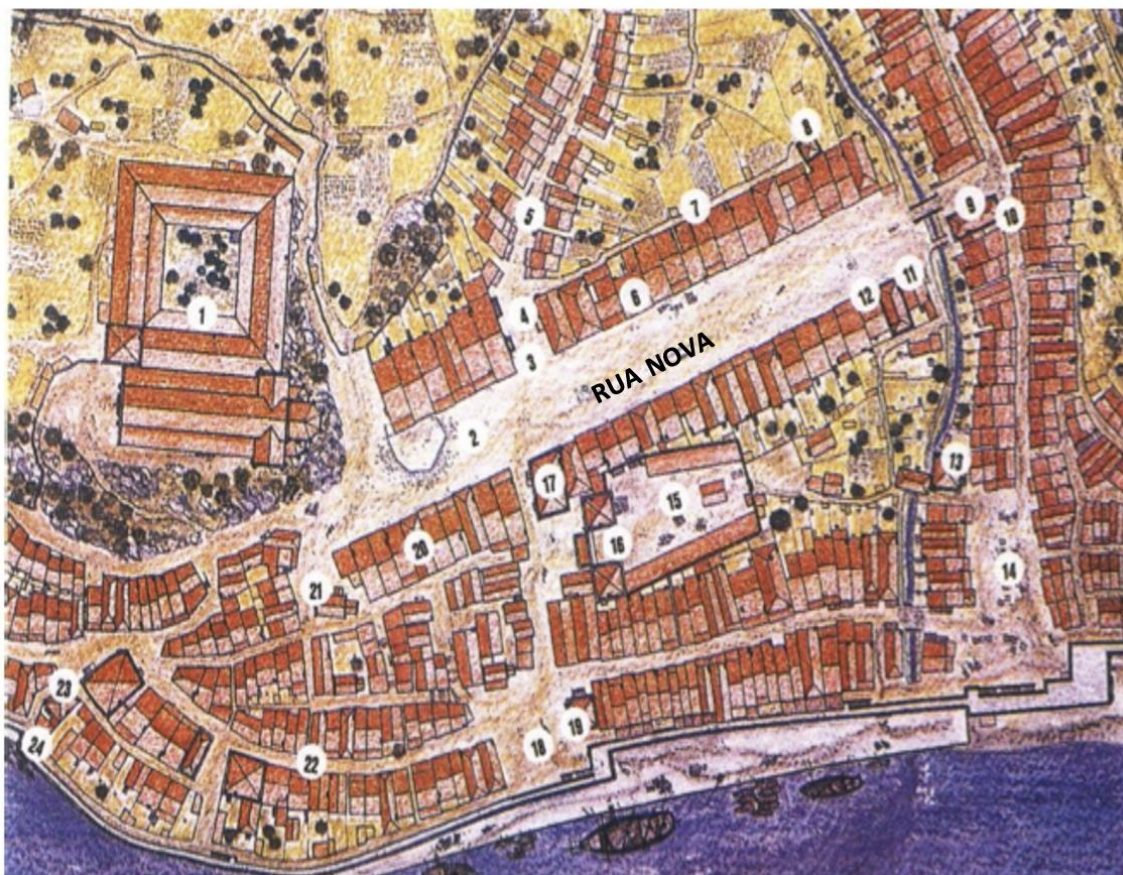


Figura 1 – Reconstituição do mapa da cidade do Porto na Idade Média. Fonte: Afonso, 2000.

A Rua Nova do Porto possuía características semelhantes à de Lisboa, larga, retilínea e constituindo-se como centralizadora das atividades comerciais, reforçando a importância crescente da região da Ribeira. Segundo o professor e pesquisador José Ferrão Afonso, “Mais que uma simples rua, era sobretudo uma praça, ou rua-praça, paralela ao rio, que se articulava com a zona portuária” (Afonso, 1998, p. 33). Nesse sentido, Afonso destaca a importância crescente dessa área e a construção de uma nova compreensão do espaço da cidade.

A Ribeira era a área portuária da cidade e do mercado diário realizado na praça do mesmo nome, à época a única de caráter absolutamente laico da urbe, a que acediam uma série de ruas, vielas e becos, indiciando um desenvolvimento urbanístico de carácter horizontal, ao longo da margem, que mantinha um contacto estreito com o Douro. Este tipo de organização, até meados do século XIV apenas interrompido pela vertical da rua dos Mercadores, vai ser reorientado primeiro pela rua das Cangostas, depois pela abertura da rua Nova, acelerando-se assim o processo de libertação da atração ribeirinha (Afonso, 1998, p. 33)

O impacto da Rua Nova justifica-se em parte por sua inserção no contexto medieval, cujas vias serpenteiam em verdadeiros labirintos oferecendo às construções uma réstia de luz entre profundas estruturas edificadas, pouco regulares em seus limites, mas ainda hoje perceptível no traçado mais antigo. Para Pereira de Oliveira, a Rua Nova constituiu a formulação de um novo significado para a via pública, “a largura com que o mesmo [arruamento] é talhado ilustra a

hipótese de se tratar, mais de que um mero capricho régio, de algo que se funda numa compreensão nova das funções dos arruamentos na estrutura do desenvolvimento da cidade” (Oliveira Apud Amaral e Duarte, 1985, p. 12).

Essa mudança na concepção do arruamento não se restringe só à forma, mas à sua situação – junto à Ribeira e, conseqüentemente, ao comércio –, e à sua direção e o seu uso, criando um eixo de expansão da cidade e constituindo uma autonomia e centralidade. Segundo os professores Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, que investigaram a formação dessa via na cidade do Porto, “criava-se assim um novo eixo (...), mas muito mais largo, mais retilíneo e mais elevado, portanto protegido das cheias do Douro, e muito mais adequado para centro da atividade comercial e da vida portuense” (1985, p. 12-13).

No estudo acima citado, destaca-se também que a construção da Rua Nova do Porto criou a formação pioneira de padrões arquitetônicos pré-estabelecidos, que determinavam não apenas os aspectos externos da construção, fachadas e gabaritos, mas regulando materiais construtivos, como o emprego da pedra. Outra peculiaridade na abertura dessa rua é que 74 edifícios lá instalados pertenciam a Coroa, correspondendo a 63,79% do total do seu patrimônio na cidade e termo (Amaral e Duarte, 1985, p. 14).

Com as rendas adquiridas com o aforamento dessas casas, o monarca pagava ao bispo a transferência da jurisdição da cidade e do couto do Porto da Sé para a Coroa, valor determinado em três mil libras antigas por ano. Deste modo, a via dava suporte ao desejo dos homens-bons da cidade: “o fim do senhorio episcopal e a passagem para a jurisdição real” (Amaral e Duarte, 1985, p. 14), condição esta mais condizente a uma cidade comercial.

Para dar continuidade à realização do empreendimento, recorreu-se a cobrança de fintas, como esclarece as investigações de Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral que tiveram como objeto de estudo o “Livro da Abertura da Rua Nova”³ datado de 1438. Segundo os estudiosos esse imposto se prolongou até 1440.

Entretanto, dentre as informações preciosas que o códice poderia revelar, gostaríamos de destacar a abrangência da cobrança da finta que não se restringia apenas a cidade, mas a todo o seu termo, com o número elevadíssimo de unidades fiscais. O documento totaliza 4313 fogos, que são as unidades fiscais sobre a qual incidia a tributação. De acordo com os cálculos realizados pelos investigadores, esse número correspondia a um universo que poderia variar entre 20 000 e 25 000 almas, o que nos dá uma ideia da abrangência dos envolvidos com a abertura da rua, além dos 400 homens mobilizados para a cobrança da finta.

Nesse estudo, concluiu-se que muito mais contribuíram os habitantes do termo que propriamente os da cidade, indiciando o impacto do empreendimento. A pesquisa também revela que irão se instalar na Rua Nova o Conde de Abranches, Vasco Fernandes de Caminha e seu filho, Pero Vaz de Caminha, os Cubas, os Baldaias, os Brandões, revelando e reforçando ainda mais sua importância.

Segundo Afonso, já existia desde 1405 um chafariz “da Rua Nova” ou “com duas estruturas no mesmo”. Os demais chafarizes da cidade se localizavam em áreas mais ocultas como vielas, a baixo de casas, por exemplo. Em 1545, há nítida intenção de transferência dessas estruturas para

³ Pertencente ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto (inventário 2306).

via pública (Afonso, 1998, p. 47). Assim, esboça-se aqui a relação entre o arruamento e o abastecimento de água da cidade que, embora praticada pelos romanos, talvez tivesse desaparecido, como de resto ganharia maior vulto novamente no século XVIII⁴. Portanto, podemos perceber que a cidade que Duarte Coelho nasceu passava por um processo de transformação importante que sinalizava um novo modo de conceber o espaço urbano.

A construção da Rua Nova modificou não só os valores sociais, com a emergência de uma nova centralidade, mas também marcou uma preocupação com a aparência do conjunto da rua. A abertura da via, para além dos valores simbólicos de valorização da Ribeira e, consequentemente, do comércio e das conexões transoceânicas, marca a gênese de um planejamento do espaço coletivo, laico e em diversas escalas.

Experiências urbanas no Oriente

Entre o século XV e XVI, as navegações portuguesas ampliaram os domínios da Coroa para vastas e longínquas terras no além-mar, conectando suas principais cidades, como Lisboa e Porto, a uma rede de lugares numa escala mundial. Esse período marca o apogeu do império português, cujo domínios se estendiam da imensa costa brasileira, boa parte da costa africana e asiática, para além dos territórios insulares.

No início do século XVI, a Coroa passa a investir fortemente na ampliação e consolidação dos domínios no Oriente, instituindo desde 1505 um Vice Rei na Índia. Em 1509, Duarte Coelho ingressou na marinha portuguesa e compôs a esquadra de D. Fernando Coutinho que visava, entre outros objetivos, conquistar novos territórios. Em 1511, sob o comando do governador da Índia portuguesa, Afonso de Albuquerque, ele participou da conquista da cidade de Malaca.

Malaca é uma cidade histórica situada na atual Malásia. Está localizada na península ao sul da Indochina, mais precisamente, entre o Mar da Índia e o Mar da China (entre os oceanos Índico e Pacífico). Na ocasião, a cidade era governada pelo sultão Muhamet e constituía um ponto muito importante do comércio no Oriente. Pela intensa atividade de seu porto, diziam que havia nela gente de toda parte do mundo.

A tomada de Malaca marca uma grande mudança no império português na Ásia. Antes o domínio era mais marítimo com feitorias ao longo das costas e, a partir desse episódio, passaria a ser também territorial, com a conquista de cidades como Goa e Malaca. O arquiteto Alfredo Evangelista Viana de Lima destaca que “Malaca surge-nos, na descrição dos eventos mais relevantes, como um dos principais, senão o principal elo da contextura política portuguesa local, desde os alvares do século XVI até meados da centúria seguinte” (Lima, 1988, p. 31). Pois a cidade se inseria num universo comercial bem consolidado, não apenas entre as cidades asiáticas, mas também com as povoações da África e Europa.

Em relação ao universo urbanístico, a pesquisadora Vera Mónica Gaspar Domingues destaca que a tomada de Malaca foi muito importante para as conexões construídas entre os núcleos de povoamento lusitanos. Segundo ela, “constituindo-se a peça chave para o alargamento e estabilização da rede urbana portuguesa nas geografias do Sudeste Asiático e do Extremo Oriente, em particular, aos arquipélagos de Sunda e das Molucas (único produtor de cravo, maçã e noz moscada), China e, assim, Japão” (2018, p. 242).

⁴ Sobre o estudo da *rua* na cultura portuguesa ver Loureiro, 2017.

A posição de Malaca era estratégica entre os comércios da Ásia e do Oriente, sendo considerada como a sede do tráfico mais intenso, “ponto de cruzamento das rotas marítimas que iam de um ao outro” (Lima, 1988, p. 31). Estes deslocamentos dependiam de portos que constituíam verdadeiros nós nas teias das rotas comerciais, fazendo com que a tomada de algumas cidades fosse estratégica para o universo do comércio com o Oriente. Portanto, junto ao porto de Malaca, podemos destacar os de Calecute e Ormuz (na entrada do Golfo Pérsico), que subsidiava as trocas com os mercadores mulçumanos.

Algumas décadas depois, a tomada de Malaca e os feitos do grande conquistador, Afonso de Albuquerque, foram eternizados por Luís Vaz de Camões nos versos de *Os Lusíadas*, obra-prima da literatura portuguesa. O poeta também foi militar e passou anos servindo a Coroa portuguesa no Oriente.

Nem tu menos fugir poderás deste, /Posto que rica e posto que assentada /Lá no grémio da Aurora, onde nasceste/ Opulenta Malaca nomeada. /As setas venenosas que fizeste, /Os crises com que já te vejo armada, /Malaíes namorados, Jaus valentes, /Todos farás ao Luso obedientes. /Mais estanças cantara esta Sirena /Em louvor do ilustríssimo Albuquerque, /Mas alembrou-lhe ãa ira que o condena, /Posto que a fama sua o mundo cerque. /O grande Capitão, que o fado ordena /Que com trabalhos glória eterna merque, /Mais há-de ser um brando companheiro /Pera os seus, que juiz cruel e inteiro (Camões, 2000, p.451)

E mais adiante, o autor ressalta novamente a importância da cidade de Malaca para o comércio entre as províncias do “mar grande”, ou seja, numa escala mundial.

Olha Tavai cidade, onde começa /De Sião largo o império tão comprido; /Tenassari, Quedá, que é só cabeça /Das que pimenta ali têm produzido. /Mais avante fareis que se conheça /Malaca por empório ennobrecido, /Onde toda a província do mar grande /Suas mercadorias ricas mande. (Camões, 2000, p.470)

A obra, inicialmente impressa em 1572, narra os principais feitos que marcaram a história de Portugal e constituiu importante referência para a cultura e identidade nacional. Interessa-nos a relevância da tomada da cidade de Malaca para os domínios lusitanos no Oriente, assim como, as estratégias realizadas para o êxito da empreitada da qual Duarte Coelho fez parte.

Segundo João de Barros (c. 1496 – 1570), tesoureiro e depois feitor da Casa da Índia que escreveu a monumental obra *Décadas da Ásia*, Afonso de Albuquerque tomou de imediato algumas decisões importantes. No momento da tomada de Malaca, o governador dá início a processos diplomáticos com lideranças vizinhas na intenção de consolidar sua conquista, “Com o qual a tornada elle [Afonso de Albuquerque] mandou, por maes segurar o estado de Malaca, sua embaixada per Antonio de Miranda d’Azevedo, & Duarte Coelho bem acompanhados com alg~uas cousas destas partes” (Barros, 1628, vol. 2, f. 34). Iniciou-se assim as exitosas ações diplomáticas entre Duarte Coelho e o rei do Sião, atual Tailândia.

Em outro momento, Duarte Coelho foi enviado novamente ao Reino de Sião, com cartas e um presente do rei D. Manuel. No trecho a seguir, João de Barros narrou as características de suas ações diplomáticas.

E isto em retorno do que o mesmo Rey lhe tinha enviado per Antonio de Miranda, quando lá foi por embaixador per mandado de Affonso d’Albuquerque, depois da tomada de Malaca: em companhia do qual fora o mesmo Duarte Coelho, com a tras fica. Porque além de ele desta vez que la foi. **Saber muito bem as cousas de Sião:** o anno passado indo ele com Fernão Perez d’ Andrade caminho da China. Com hum temporal que lhe deu, ele Duarte Coelho arribou a costa do Reyno de Sião, & entrou per o rio Menam, que o atravessa. Nas correntes do qual está situada a cidade Hudiá cabeça do Reyno, trinca legoas da qual ele invernou aquelle ano, & dahi tornou fazer seu caminho pera a China, donde era vindo, como dissemos: & desta vez também **teve grande inteligência em saber as coisas de lá, nas quaies estava mui pratico.** Assim que por estas razões o despachou dom Aleixo em hum navio: em que o mandou bem acompanhado. **E a substancia da sua embaixada, era conformação das pazes,** que Antonio de Miranda, & ele assentarão com elRey de Sião: & a pedir-lhe que ouvesse por bem mandar que alguns dos seus naturaes viessem povoar Malaca, como lhe já mandara dizer. Porque sua tenção era desterrar dela todos os Mouros Malayos: & povoando-se dos seus seria, hum meio para se melhor communicarem com os portugueses em amor, & paz: & as cousas do comércio andarião em suas mãos, & não dos Mouros, com que se tinham feito senhores da mayor parte do marítimo de todo aquelle Oriente. Com a qual embaixada Duarte Coelho partio a dezoito de julho daquelle anno de dezoito, & chegou lá em novembro: porque **o navio em que foi, era do Reyno de Sião,** & foi fazendo algumas demoras nos portos da costa. Com a chegada do qual, **el Rey foi mui contente, & lhe fez grande honra: & quando veyo a jurar as cousas da paz, & amizade, que Duarte Coelho com ele assentou** [grifo nosso] (Barros, 1628, vol. 3, f. 34)

A partir dessa longa descrição, podemos perceber que uma das estratégias de Duarte Coelho era conhecer e aprender os modos e as “coisas” locais para melhor aproveitar os seus recursos e interagir com os nativos. Inclusive, em diversos momentos, o autor destaca que ele fez uso de embarcações utilizadas pelos povos tradicionais, como a que chamam *junco*. Outra característica importante, ressaltada pelo escritor, foi que suas ações se fundamentavam, em grande parte, nas relações pacíficas com os diversos povos.

Em outro momento, João de Barros descreve que Duarte Coelho, no regresso a Malaca, passa por um temporal e é acolhido pelo genro do rei do Bintão (em indonésio *Pualu Bintan*, atual arquipélago de Riau – República da Indonésia), inimigo dos portugueses, onde estabelece boas relações. Ele destaca que

em lugar de tratar mal a Duarte Coelho, o agasalhou, & aos que com ele se falarão: & per derradeiro por causa da prática de Duarte Coelho cõ elle teve sobre as cousas de Malaca, & d’elRey de Bintão seu sogro, com quem naquele t~epo estava mal, elle se fez vassalo d’elRey dom Manuel (Barros, 1628, vol.3, f. 34v).

E assim, Duarte Coelho retorna a Malaca em embarcação do antigo inimigo. Embora o autor comente que essa obediência ao rei português tenha durado pouco tempo, interessa-nos as relações amistosas que ele conseguiu estabelecer ao longo de sua trajetória, em grande parte fundadas em seu conhecimento do lugar e dos povos locais.

No fim de abril de 1523, João de Barros relata que “Duarte Coelho: o qual ia em hum navio seu descobrir a enseada de Cauchinchina [Conchichina, região sul do atual Vietnã] per mandado d’elRey dom Manuel: por ter sabido ser aquella enseada cousa de que saião mercadorias ricas” (Barros, 1628, vol. 3, f. 211v). Neste momento, já trabalhava com Jorge de Albuquerque, então governador de Malaca depois que partiu D. Henrique. Esse Jorge era tio da sua futura esposa.

E por serem pessoas que avia tempo q andavão naquelas partes, & tinham recebido d’elle Jorge d’Albuquerque boas obras, & bom tratamento na conversação de sua pessoa: vierão cõ elle quarenta portugueses. De que os principais erão Duarte Coelho, que despois elle casou no Reyno cõ h~ua sua sobrinha filha de Lopo d’Albuquerque seu irmão (Barros, 1628, vol.3 f. 257)

Percebe-se que a intenção de Duarte Coelho em cultivar relações amistosas com os povos nativos também estava alinhada com a família Albuquerque. E esta aliança foi fundamental para o desenvolvimento da Capitania de Pernambuco anos mais tarde.

Em suas navegações no Oriente, Duarte Coelho passou por situações muito difíceis que o motivou a mandar construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Graça na cidade de Malaca, em agradecimento às bençãos recebidas. Entretanto, o arquiteto e historiador Alfredo Evangelista Viana de Lima, que escreveu uma obra de referência sobre a história da cidade, relata que:

um mercador português chamado **Duarte Pacheco** mandou construir uma capela em Malaca, em reconhecimento de um milagre que lhe foi concedido. Estava-se em 1521, e o local escolhido para erigir a “Casa”, da invocação de Nossa Senhora da Graça, foi o cimo da colina sobranceira à fortaleza edificada por Afonso de Albuquerque, razão pela qual se lhe ortorgou também a designação de Nossa Senhora do Monte, ou do Oiteiro.

A larga reputação desse lugar de fê, entre os portugueses que povoaram as terras e os mares do Nascente, é-nos atestada sobejamente, incluindo a referência de Fernão Mendes Pinto ao facto de os nossos navegadores terem por hábito fazer promessas e encomendar-se a Nossa Senhora do Oiteiro [grifo nosso] (Lima, 1988, p. 63)

Embora o autor esteja correto sobre as circunstâncias da construção da capela e sua importância, ele fez um equívoco quanto a iniciativa. Na realidade, o nome do responsável foi Duarte Coelho. João de Barros indica que, “No oiteiro, que está sobre a nossa fortaleza, onde despois Duarte Coelho fundou húa ermida da vocação de nossa Senhora da Graça” (Barros, 1628, vol. 3, f. 55v). Em estudos sobre aspectos musicais e arquitetônicos da história eclesiástica realizados sob a direção de Antônio Alexandre Bispo, procurou-se estabelecer aproximações entre as Igrejas da Graça em Malaca e em Olinda. Destaca-se o “culto mariano na cultura portuguesa nas suas expressões e efeitos tanto no Brasil como no Oriente” (Bispo, 2017), a sua posição geográfica “com elos com o mar e com o monte”, com boa vista dos arredores, e ao fato de ambas terem sido capelas construídas por iniciativa de Duarte Coelho e apropriadas posteriormente pelos jesuítas.

Em meados do século XVI, Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559), autor da obra intitulada “História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses”, impressa entre 1551 e 1561, descreveu a cidade de Malaca.

Esta cidade de Malaca está na costa de um grande reino chamado Sião, situada na boca de um pequeno rio que ali se mete no mar em uma angra. Está a dois

graus de banda norte, e tem muito bom porto. (...) Parte-a o rio em duas partes: e a serventia de uma para a outra é por uma ponte de madeira (...). Em duas destas partes da cidade que está na banda do Sul estão os paços do rei sobre um outeiro, e nela está a sua mesquita maior [igreja matriz], e moram todos os fidalgos. E da banda do Norte moram os mercadores, a que chamam Quelins e isto é onde a cidade é mais larga que em nenhuma das outras partes (Castanheda Apud Lima, 1988, p. 26-27)

Essa situação geográfica da cidade e seu porto nos remete as escolhas de Duarte Coelho para a Capitania de Pernambuco anos depois. A principal vila, Olinda, foi construída sobre colinas, nas margens do rio, e o seu porto, Recife, se localiza numa posição distanciada, tendo junto um povoado e os armazéns de caráter comercial. Os principais edifícios religiosos, como a matriz, e as casas dos nobres da terra situavam-se na vila. E, quanto mais importante fosse, mais alto na topografia poderiam se situar, como veremos mais adiante.

No mapa produzido pelo cartógrafo malaio-português, Manuel Godinho de Erédia, temos uma importante representação do espaço urbano de Malaca no início do século XVII. Nele é possível perceber a Fortaleza(A) e Igreja Matriz(B) situadas em numa via larga paralela ao limite da fortificação e a costa (marcada por uma linha rosa no mapa). Em frente a Matriz, situa-se a câmara da Cidade (C) e, ao fim da mesma via, encontramos a Misericórdia (D), o Hospital dos Pobres (E) e o Hospital Real (F). Portanto, uma via que abriga os principais edifícios da cidade, representação maior do governo (fortaleza e câmara da cidade), da fé (matriz) e da caridade (hospitais), semelhante a ordenação do espaço que Duarte Coelho construiu na vila de Olinda.

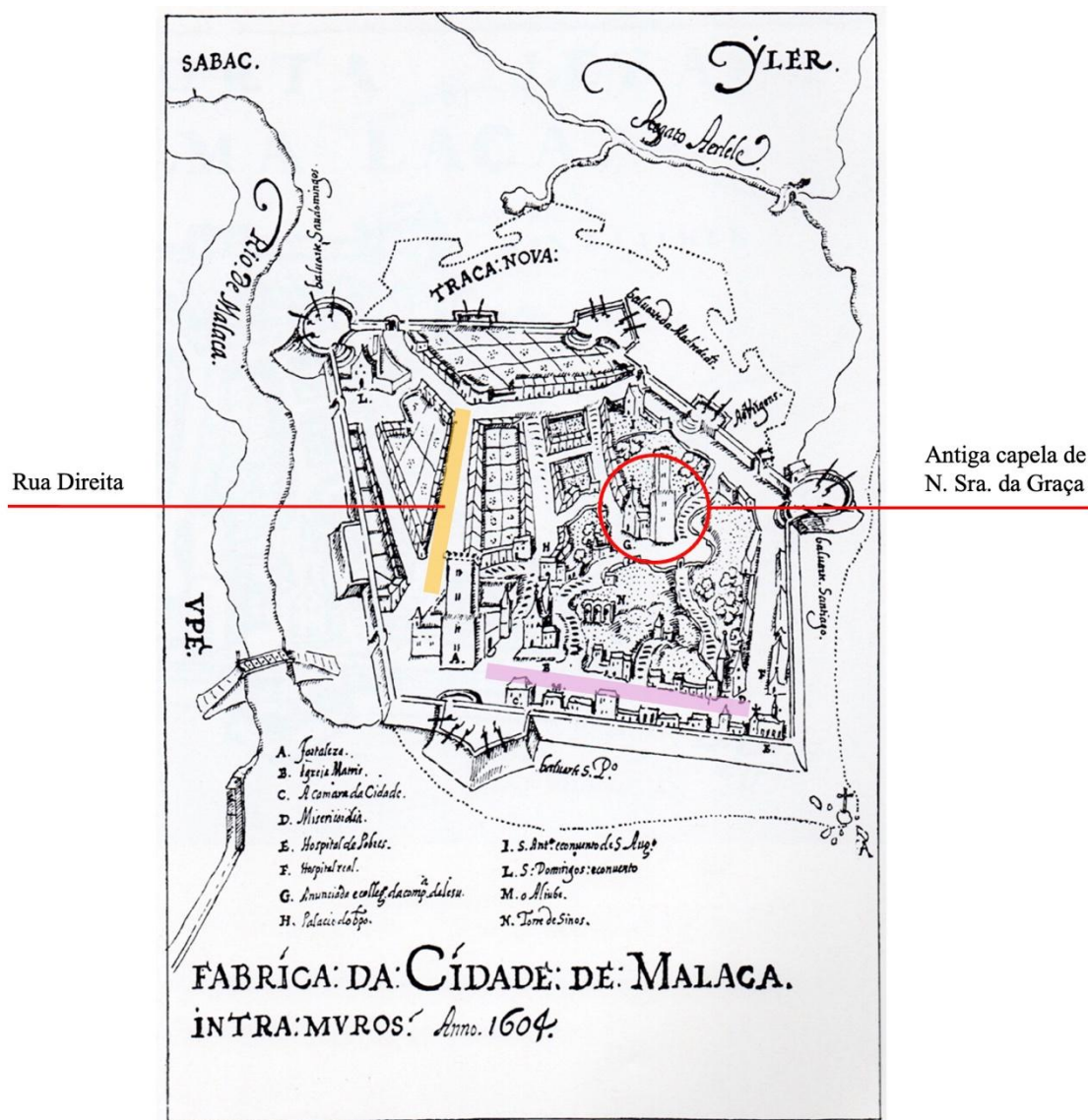


Figura 2 – *Fabrica da Cidade de Malaca intramuros: Anno 1604.* Acrescido de infográficos realizados pela autora.
Fonte: Lima, 1988.

Em Olinda, a via que conecta a Misericórdia à Igreja Matriz chama-se Rua Nova e estava localizada em cota elevada na topografia. Nela também estavam situadas a Casa de Câmara e a fortaleza do donatário. Outra aproximação é que o núcleo edificado pelos portugueses em Malaca é protegido por fortificação (em Olinda uma paliçada junto ao mar) e os limites do espaço habitado são referenciados por edificações religiosas. Em Malaca, podemos identificar os conventos de Santo Agostinho (I) e dos Dominicanos (L) nos limites do espaço protegido da cidade, junto às suas portas.

No ano de 1604, o cosmógrafo Manuel Godinho de Erédia descreve a cidade de Malaca do seguinte modo:

Dentro das muralhas estavam situados o Castelo, os Palácios do Governador do Estado, o Palácio do Bispo, a Sede do Conselho da República, a Sede da Misericórdia, juntamente com 5 igrejas, nomeadamente a Catedral de Nossa Senhora da Assumpção, com o seu capítulo e a Sé Episcopal, a Igreja da Misericórdia de Nossa Senhora da Visitação, a Igreja de Nossa Senhora da

Anunciação no Colégio da Companhia de Jesus no Topo do Monte, a Igreja de S. Domingos no Convento dos Dominicanos, e a Igreja de Sto. Antônio no Convento de Sto. Agostinho, havia também dois hospitais (Erédia Apud Lima, 1988, p. 52)

No ponto mais alto do relevo, assim como em Olinda, existe a referência à Igreja da Anunciação e Colégio da Companhia de Jesus (G), lugar da antiga capela de Nossa Senhora da Graça que foi construída por iniciativa de Duarte Coelho. Em outro mapa de Erédia, intitulado “Planta de fortificacam da cidade de Malaca”, há nítida referência à Rua Direita na posição destacada com a linha laranja no mapa de 1604. Desse modo, percebemos que as intervenções urbanas ocorridas em Malaca pelos portugueses, já incorporam estruturas urbanas recém constituídas no solo metropolitano.

Construindo um novo mundo, a formação de Pernambuco

Ao longo do século XVI, enquanto os portugueses avançavam no Oriente, suas conquistas no Novo Mundo estavam sob constante ameaça. Não foram poucas as expedições às costas brasileiras que visavam expulsar os estrangeiros e manter o domínio do território.

Para remediar a situação, o rei D. João III instituiu as capitanias hereditárias no Brasil como medida para povoar o território e assim garantir a posse do mesmo que vinha sendo constantemente assediado por povos inimigos. Em 1534, Duarte Coelho, já casado com Brites de Albuquerque, foi agraciado pelo rei com sessenta léguas de costa norte do Brasil em reconhecimento dos seus feitos no Oriente e ao serviço da Coroa. O território recebido passou a ser conhecido como Capitania de Pernambuco.

Diferente das situações anteriores experienciadas por Duarte Coelho, os diversos povos nativos do Novo Mundo viviam na itinerância e, portanto, desconheciam aspectos relacionados à vida urbana e sedentária. Também não praticavam o comércio, constituindo um universo completamente distinto do que ele havia conhecido no Oriente. A língua, a cultura, a organização social, o clima, a vegetação, tudo era diferente. O desafio era imenso.

Segundo José Luiz da Mota Menezes, o donatário chega com grossa armada em 1535 para tomar posse de sua capitania pela barra da ilha de Itamaracá. Veio acompanhado de sua esposa, seu cunhado Jorge de Albuquerque, além de outros nobres e cristãos novos. Segue em direção a uma antiga feitoria onde se estabeleceu num lugar denominado “dos Marcos” (1998). Entretanto, não considerou seguro para estabelecer sua morada e, rumou ao Sul. Ele buscou as condições que considerou ideais para o estabelecimento da vila, sede do seu governo.

No limite com a capitania de Itamaracá, Duarte Coelho estabeleceu um povoado num lugar alto na margem do rio Igarassu, que mais tarde foi elevado a condição de vila. Inicialmente, ela foi chamada de vila dos “Cosmos”, devido a vitória no embate contra os indígenas no dia de Cosme e Damião e a construção da igreja sob a mesma invocação. Depois, a vila absorve a toponímia nativa, Igarassu. Esse termo é oriundo da língua da terra e significa “barco grande” (Igara-açu), provavelmente fazendo alusão as embarcações que aportavam anteriormente na feitoria.

Ao sul de Igarassu, o lugar escolhido para a fundação da vila principal de sua capitania tinha uma disposição especial. Alguns historiadores indicam que o lugar escolhido correspondia à ocupação de uma pequena aldeia de nativos.

Quase um século após a fundação da Vila, aproximadamente em 1630, Olinda é representada na ilustração do livro de Johannes de Laet sob o título *Marin d'Olinda de Pernambuco* (ver Reis Filho, 2000, p. 78-79). Segundo o historiador pernambucano Pereira da Costa, ao tratar da vinda de Duarte Coelho a sua capitania, narra que “encaminhou êle para o sul, pelo litoral, até que descobriu as **colinas de Marim, com uma grande povoação de índios, e que se apossando dela, fundou a vila de Olinda**, constituindo assim a localidade a sede do governo da capitania” [grifo nosso] (1983, p. 174). Entretanto, são informações que carecem de investigação arqueológica.

E sobre a relação que Duarte Coelho estabelece com os nativos, Frei Vicente do Salvador comenta: “E contudo não se quis recolher até não alimpar a costa toda desses ladrões e **fazer pazes com os mais dos índios** (...) o que o fez também muito temido e estimado dos circunvizinhos de Olinda” [grifo nosso] (1982, p. 118). A experiência diplomática do donatário fez com que, sempre que possível, buscasse estabelecer amizade com os povos locais. Inclusive, seu cunhado Jerônimo de Albuquerque uniu-se a filha do cacique da etnia tabajara que batizada com o nome cristão Maria do Espírito Santo Arcoverde, com quem teve oito filhos. Alguns deles se destacaram ao serviço da Coroa.

Embora a escolha do sítio possa ter sido norteadada pela ocupação prévia, a lógica da organização do espaço segue a tradição lusitana, e o *saber fazer cidades, vilas e lugares*⁵ se impõe na paisagem. Olinda foi concebida sobre colinas, com o casario na parte alta do relevo, com boa visualização das redondezas e conectada com o porto mais afastado. Na parte junto ao litoral, a vila ficava protegida por arrecifes submersos e, por terra, pela própria topografia.

O núcleo urbano também estava próximo ao rio e a várzea, considerando as condições de defesa, mas também de abastecimento para subsistência, o comércio, a penetração para o interior e instalação dos engenhos. A vila não parecia concebida de modo isolado, fechada em si. Ela era pensada dentro de um sistema conectado de produção, controle e comercialização.

Desse modo, Menezes destaca que “O conjunto formado pela *sede da capitania, a vila, seu porto e a várzea de terras férteis* nos deixa perceber a escolha perfeita e, antes de tudo, racional, então realizada pelos do governo” (Menezes, 1998, p. 333). Embora tenha percebido a racionalidade das decisões do donatário, Menezes não se aprofundou na análise dessa lógica de concepção territorial e urbana.

Sobre os primeiros anos de instituição das capitanias, temos poucos mapas conhecidos produzidos pelos portugueses para melhor compreender a apropriação do território. Embora, no final do século XV, os avanços científicos lusitanos subsidiaram a ampliação da navegação marítima e a possibilidade de expandir seus domínios muito além do mundo conhecido. Segundo o pesquisador Antônio Gilberto Costa, “a cosmografia náutica portuguesa havia alcançado um grande

⁵ Em meados do século XVIII, esse *saber fazer cidades, vilas e lugares* irá ser denominado por *Ruação* pelo arquiteto português José de Figueiredo Seixas no “Tratado de Ruação” (ca. 1763). Ver Moreira, Rafael. *Uma utopia urbanística pombalina: o “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas*. In Pombal Revisitado – Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2 Centenário da morte do Marquês de Pomba. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984; Moreira, Rafael. *A Arte da Ruação e a cidade luso-brasileira (sécs. XVI-XVIII)/ O Arquiteto Miguel de Arruda e o Primeiro Projeto para Salvador*. Cadernos de Pesquisa LAP, São Paulo, n° 37, 2003; Gomes, Luís Miguel Martins. *Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado de Ruação de José Figueiredo Seixas*. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL. Lisboa, 2007; e Loureiro, Juliana Coelho. *A invenção da rua – o Tratado de Ruação de José de Figueiredo Seixas*. Tese (doutorado em Urbanismo). Rio de Janeiro, 2017.

desenvolvimento, com a introdução de escala de latitudes, tornando-se a mais importante da Europa”. E mais adiante,

Foram produzidas poucas cartas e mapas representando o Brasil, no todo ou em partes, ao longo do século XVI e principalmente em sua primeira metade. Nesse período, a Coroa portuguesa manteve uma política de resistência à produção de documentos cartográficos ou à impressão dos mesmos, sempre por motivos estratégicos, considerando que os seus territórios, em especial o da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações (Costa, 2015, p. 889).

Não era incomum o contrabando de pau-brasil ao longo da costa por povos inimigos, especialmente os espanhóis e franceses. Os mapas portugueses, em sua maioria, representavam as áreas relativas as costas do território com ênfase na navegabilidade do litoral e as características geográficas. Quase não referiam as vilas e a ocupação do interior, resguardando essas informações.

Uma das primeiras representações do núcleo de povoamento de Duarte Coelho é a imagem policromática que compõe o livro denominado *Roteiro de todos os sinaes conhecidos/ fundos, baixos, Alturas ederrotas que há na costa do Brasil desdo cabo de Sã/ to Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, considerado o primeiro atlas da família Albernaz.

A autoria é atribuída ao cartógrafo Luís Teixeira, produzindo entre 1582 e 1585, portanto quase 45 anos após a fundação da vila. Faz parte de uma obra que é considerada por estudiosos como “a mais detalhada representação da costa da América portuguesa, do último quartel do século XVI e é reflexo dos paradigmas do seu tempo” (Costa, 2015, p. 891).

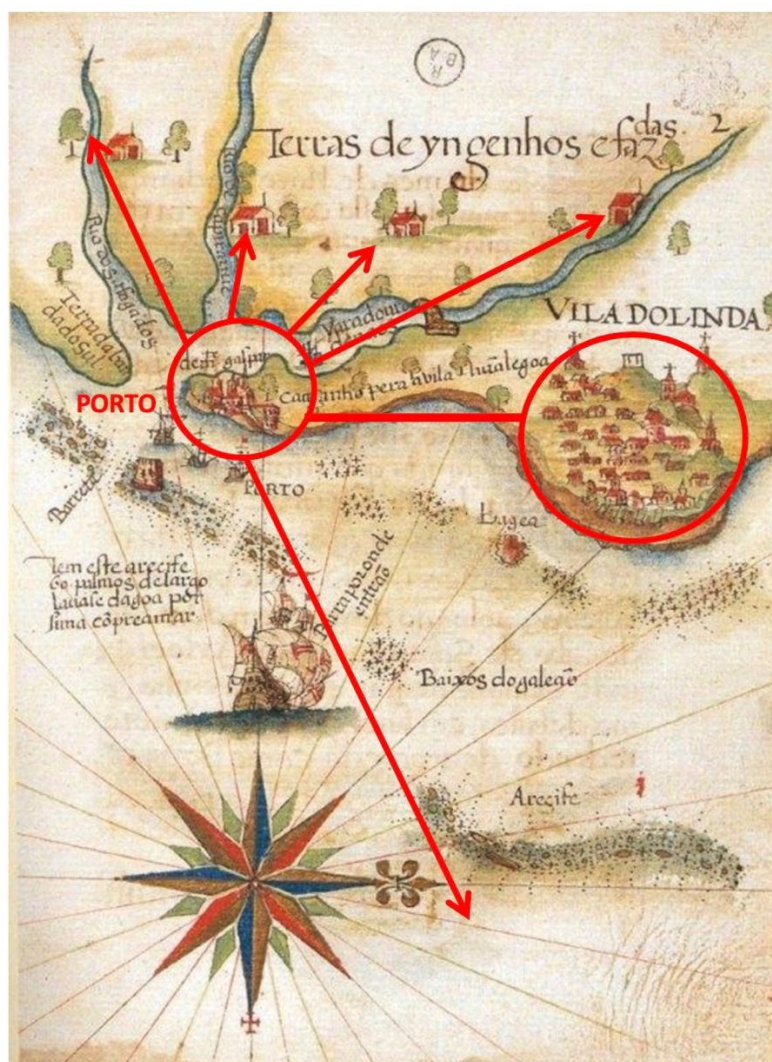


Figura 3 - *Roteiro de todos os sinaes...* (Luiz Teixeira Albernaz, ca. 1582). Infográfico realizado pela autora. Fonte: Biblioteca da Ajuda.

A parte inferior da imagem é dedicada às informações relativas à navegabilidade da costa e acesso ao porto e à vila. Percebe-se que existe um único acesso pelo mar entre os arrecifes, assinalado com o texto “barra por onde então”, revelando que as características geográficas do litoral protegem a vila de um acesso direto de uma embarcação desconhecida.

Na parte superior, nota-se dois aglomerados de construções sinalizando espaços povoados. Ao Sul, um pequeno aglomerado denominado “PORTO” e a presença de embarcações e galpões. Ao Norte, está representado um agrupamento maior de edificações junto ao mar e sobre um relevo acidentado. Esse arranjo surge sob o título: “VILA DOLINDA”. No conjunto de elementos pictóricos, destaca-se ao alto as igrejas e a forca e junto ao mar uma espécie de barreira, provavelmente a paliçada construída ainda no tempo de Duarte Coelho que se restringe a uma linha de defesa junto ao mar.

Entre o porto e a vila, está escrito: “caminho pera a vila huã légua”. No rio que acompanha este caminho, a indicação “varadouro de naos”. E sobre esse rio, junto ao varadouro, uma ponte que liga a vila a outra parte de terras, similar a de madeira registrada por Erédia na cidade de Malaca.

No trecho mais interno ao território, no limite superior da representação, aparece com letras maiores: “terras de yngenhos e faz.[en]das”, e quatro construções dispostas pelo interior e próximas aos rios, estes identificados, sinalizando a presença de diversos engenhos e fazendas. A proximidade com os cursos d’água era fundamental para o abastecimento, produção e transporte.

Olinda foi fundada por Duarte Coelho em 12 de março de 1537 e foi instituída por sua Carta Foral. Neste documento, diferente das cartas forais tradicionais, o donatário doou terras para vila e seu povo, determinando estreitas relações entre as características do sítio e o tipo de apropriação⁶. Ele definiu, por exemplo, os lugares onde se pode estabelecer o casario, os pastos de gado, o rocio e as roças (Carta Foral). O texto nos remete ao que hoje conhecemos como um Plano Diretor Municipal, pois define o uso e ocupação do solo, assim como ordena o crescimento da vila.

Há alguns anos atrás, ao investigamos a vila de Olinda (Loureiro, 2008), percebemos que ela se constituiu a partir do lugar, incorporando as características do sítio. A valorização desse conhecimento local era destacada pelos cronistas na atuação de Duarte Coelho no Oriente, como vimos anteriormente.

Ao compararmos os discursos dos cronistas seiscentistas, os mapas do século XVI e XVII e o sítio histórico remanescente, é possível perceber que o arruamento e a divisão dos chãos da vila revelam uma significativa lógica urbana que hierarquiza a ocupação do solo, favorece a defesa, mas também compõe um sistema necessário de abastecimento e drenagem das águas. Portanto, a vila releva uma racionalidade coerente com a tradição portuguesa e a experiência de seu donatário.

Em 1587, quase três décadas após o falecimento de Duarte Coelho, Gabriel Soares de Souza relata a opulência que vivia os decendentes do donatário e demais senhores de engenho da Capitania de Pernambuco.

gastou Duarte, o velho, muitos mil cruzados, que adquiriu na Índia, a qual despesa foi bem empregada, pois ela resultou ter seu filho Jorge de Albuquerque Coelho dez mil cruzados de renda, que tanto importa à sua redizima e dízima do pescado e os foros que lhe pagam **os engenhos, dos quais estão feitos em Pernambuco cinquenta**, que fazem tanto açúcar que estão os dízimos deles arrendados em dezenove mil cruzados cada ano. (...) Desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinquenta navios carregados de açúcar e pau-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa (Souza, 2001, p. 46)

Podemos perceber que, em pouco tempo, foi estabelecido a gestão das terras na Capitania de Pernambuco, implantada o cultivo da cana-de-açúcar de modo extensivo e a montagem de engenhos. Em aproximadamente 50 anos, haviam 50 engenhos produzindo açúcar. Para que isto fosse possível, era necessário minimamente manter uma relação de paz com alguns povos nativos. E, para viabilizar a produção, era também importante ter estabelecido um sistema que incluía: a instalação de transporte de peças e pessoas para a montagem do engenho; o cultivo da cana de

⁶ Para uma melhor análise do documento ver Projeto Foral de Olinda. Relatório II. Prefeitura de Olinda. Secretaria do Patrimônio. Olinda: 2000 e Loureiro, 2008.

açúcar; o controle e escoamento da produção; e o desenvolvimento de uma cultura voltada para subsistência, como roças de mandioca, hortas e pomares.

Evidencia-se que o plano de Duarte Coelho teve êxito, embora Pernambuco estivesse constantemente ameaçado por povos inimigos, nativos ou estrangeiros. Segundo o historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa, o estabelecimento no Novo Mundo exigia grande perícia porque era necessário

vencer todas as barreiras que se erguiam à sua frente, bater não apenas os naturaes possuidores do paiz, como os aventureiros estrangeiros que dele se haviam apossado, e firmar aqui e ali novos núcleos de civilização que prosperaram e se desenvolveram, e hoje constituem as mais bellas capitães e outras cidades das províncias do norte. (Costa, 1882, p. III e IV)

E, mais adiante, o estudioso que pretendia celebrar em sua obra os grandes feitos dos pernambucanos ilustres, destaca uma serie de relações de auxilio entre a vila de Olinda e as povoações vizinhas, reforçando o seu papel de centralidade para a região.

Em 1581, quando a capitania de Pernambuco contava apenas dez lustros, partiu de Olinda, sua florescente e já opulenta capital, uma expedição sob o mando do capitão João Tavares, e lançou os fundamentos da cidade da Parahyba, mais tarde consolidados por outras expedições pernambucanas ao mando de Fructuoso Barbosa e D. Felipe de Moura.

Em 1597, Manoel Mascarenhas Homem parte para o Rio Grande do Norte com cerca de mil homens, funda a cidade do Natal, e deixa à frente do seu governo o intrépido e energético Jeronymo de Albuquerque.

No Ceará e Maranhão, ainda o elemento e iniciativa pernambucana firmam a conquista e fundam novos estabelecimentos: naquela, o mesmo Jeronymo de Albuquerque, depois de bater os indígenas, lança os fundamentos de uma cidade a que chamou de Nossa Senhora do Rozario, na bahia das Tartarugas; e nesta, batendo os frahezes, arranca-lhes a posse d'essa importante província, firma e consolida o domínio portuguez, tendo em premio dos seus serviços a merecida honra de ser incumbido do seu governo; e o heroico restaurador do Maranhão, para perpetuar mais essa gloriosa pagina da sua vida, adicionou ao seu nome o da terra conquistada, como outr'ora os dous Sipiões fizeram após as conquistas de Africa e Azia” (Costa, 1882, p. IV)

Desse modo, o filho de Jerônimo de Albuquerque passa a denominar-se: “Jeronymo de Albuquerque Maranhão” e, seu neto, “Mathias de Albuquerque Maranhão”, por direitos adquiridos na reconquista do território do Maranhão aos inimigos franceses. Por outro lado, observamos a amplitude da atuação do capitão de Pernambuco. Excedendo assim os limites da capitania, a rede urbana inicialmente definida por Duarte Coelho se expande e se conecta em assistência às demais partes dos domínios lusitanos.

Considerações finais

Apensar de ainda sabermos pouco sobre a trajetória de Duarte Coelho, provavelmente por ser filho de uma relação desaprovada pela sociedade da época, percebemos que ele soube aproveitar as oportunidades e o rico universo que esteve inserido.

Nasceu na cidade do Porto num período de importantes transformações. Dentre elas, a emergência da Ribeira enquanto nova centralidade urbana e suas conexões constante com as diversas partes das conquistas ultramarinas descortinavam um mundo rico de possibilidades. Por outro lado, paralelamente a crescente ampliação do império lusitano e o contato com outros povos, as principais cidades se transformavam. A criação da Rua Direita e da Rua Nova marcam a formulação de novos conceitos para o espaço urbano e o ordenamento da vida coletiva. Elas foram experimentadas em diversas situações no além-mar.

Filho de grande navegador, seguiu os passos de seu pai e entrou na marinha portuguesa no período de ascensão do império. Nesse universo, cresceu junto a outros experientes nobres militares, como o considerado *César do Oriente*, o famoso Afonso de Albuquerque, do qual estabeleceu relações familiares.

Ao serviço da Coroa, participou de diversas ações diplomáticas. Desse modo, compreendeu que, para conquistar, era necessário aprender com os povos nativos. Portanto, o êxito da Capitania de Pernambuco não foi acidental. A construção foi definida, em grande parte, pela significativa experiência de seu donatário e uma visão ampliada das conexões entre as diversas partes do império português que muito contribuiu para o desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil. A vila de Olinda, sede do seu governo, representa a racionalidade de sua concepção urbana, buscando aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e garantir o domínio no território.

Atualmente, as cidades de Olinda e Malaca são consideradas Patrimônio Mundial pela Unesco. A primeira recebeu o título em 1982 e a segunda em 2008, reconhecendo o valor do seu legado para a história da arquitetura e urbanismo. Entretanto, ainda temos poucos estudos sobre a gênese da nossa urbanização, principalmente numa perspectiva comparada, pois essas povoações não estavam isoladas no império português. Menos ainda sabemos sobre a formação desses construtores. Afinal, o que conhecemos sobre Duarte Coelho?

Referências

AFONSO, José ferrão. **A Rua das Flores no séc. XVI - Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista**. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Orientador: Dr. Jaime ferreira Alves). Porto, 1998.

AFONSO, José Ferrão. **A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV**. Museu, IV série, nº 9, 2000.

AMARAL, Luís Carlos. DUARTE, Luís Miguel. **Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)**. Vol. 6. Porto: Revista de História, 1985.

BARROS, João. **Decada segunda. Da Asia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente**. Vol. 2. Lisboa: Impressa per Jorge Rodriguez, 1628.

BARROS, João. **Decada terceira. Da Asia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente**. Vol. 3. Lisboa: Impressa per Jorge Rodriguez, 1628.



BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BISPO, Antônio Alexandre. **Malaca e Olinda - igrejas de Nossa Senhora do Outeiro e das Graças - fundações de Duarte Coelho Pereira (ca. 1485-1554), capitão-donatário de Nova Lusitania (Pernambuco, 1534-). Um ponto de partida para o estudo de relações Malaca/Brasil**. Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira 167/2(2017:3).Disponível em: https://revista.brasil-europa.eu/167/Malaca_e_Olinda.html Acesso em: 13/09/2025.

BUENO, Beatriz P. S.. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 – 1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. 4ª Ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.

CARTA FORAL In MELLO, Antônio Gonsalves de. **O Chamado Foral de Olinda de 1537**. Revista do Arquivo Público – vol.11/28- nº 13-30, págs. 39 a 58. Recife: Arquivo Público, 1974.

COSTA, Francisco A. P. da. **Diccionario Bibliographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882.

COSTA, Antonio G. **Do “Roteiro de todos os sinais da costa” até a “Carta Geral”: os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império**. Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição de Cartografia Histórica: 887-903.

DOMINGUES, Vera Monica Gaspar. **Cultura e património urbanísticos de influência portuguesa na Ásia, 1503-1663**. Tese (Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa). Universidade de Coimbra. Coimbra, 2018.

JABOATAM, Fr. Antonio de S. M. **Novo Orbe Serafico Brasilico**, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858.

JABOATAM, Fr. Antonio de S. M. **Novo Orbe Serafico Brasilico**, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859.

LIMA, Viana de. **Reviver Malaca /Malacca – A Revival**. Porto: Simão Guimarães & filhos, 1988.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **Pelas entranhas de Olinda – Um estudo sobre a formação dos quintais**. Dissertação de Mestrado (Dinâmicas do Espaço Habitado). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **A INVENÇÃO DA RUA – O Tratado da Ruação de José de Figueiredo Seixas (ca. 1763)**. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

MENEZES, José Luís Mota. Olinda: Evolução Urbana. In CARITA, Hélder & ARAÚJO, Renata(cood.) **Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. (Pág 331-351)

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500 – 1627**. 7ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.